

PROPRIEDADE ESCRAVA E DECLÍNIO DO ESCRAVISMO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO¹

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, consolidou-se uma tendência revisionista quanto ao padrão de propriedade escravista no Brasil. Ao invés da imagem da população escrava se distribuindo entre grandes unidades escravistas, presente ou insinuada em boa parte da historiografia brasileira, tem-se afirmado um quadro mais complexo de predominância numérica das pequenas unidades escravistas, da relevância dos plantéis médios e, finalmente, da importância das grandes unidades escravistas, em termos de sua participação no total de escravos possuídos. Deve-se ressaltar, contudo, que são entendidas como grandes unidades escravistas, os plantéis com mais de vinte ou quarenta escravos, a depender da região, época e atividade produtiva, sendo para todos os fins, as unidades computadas em termos de centenas de escravos, exceções notáveis e não a regra.²

A proliferação e consolidação de núcleos de pesquisa em história, economia e ciências sociais tem permitido uma produção diversificada de monografias abordando regiões ou localidades com o uso mais intenso e sistemático de fontes primárias. Com isso, não apenas as tradicionais atividades exportadoras – açúcar, mineração e café foram reexaminadas pelas novas vertentes historiográficas, mas também, as atividades urbanas e a produção agrícola voltada para o mercado interno. Em geral constatou-se uma utilização do trabalho escravo até então insuspeitada ou fracamente comprovada.³

Localidades da região Sudeste (especialmente nas províncias/capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) tem sido objeto de um bom número de monografias. Quanto à região Nordeste, além do já citado trabalho de MOTT, abordando as fazendas de gado do Piauí, no período colonial, destaca-se o trabalho de SCHWARTZ, examinando paróquias do Recôncavo Baiano dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar, de fumo ou à agricultura de subsistência.⁴

Boa parte dos estudos acerca dos padrões de distribuição da propriedade escrava escrutinou fontes referentes ao período colonial. Há, portanto, uma lacuna quanto ao padrão de propriedade nos últimos anos do escravismo. Este trabalho terá como objetivo apresentar uma contribuição ao conhecimento da propriedade escrava na Província de Sergipe, no período em torno de 1875. Vale ressaltar que, caso alcancemos nosso objetivo, não apenas agregaremos dados sobre esse aspecto específico da escravidão em uma das províncias do “Norte Agrário”, como também poderemos testar algumas assertivas acerca do comportamento da propriedade escravista nos estertores do regime.⁵

2. FONTES

Provavelmente uma das razões para o insuficiente desenvolvimento dos estudos acerca da distribuição da propriedade escravista no Brasil está relacionada à não sobrevivência de documentação pré-censitária, conhecidas como listas nominativas de

população, bem como ao destino semelhante que tiveram as listas originais do Censo Demográfico de 1872. Ao contrário do que ocorreu em outros países, no Brasil, não se preservou essas listas, antes pelo contrário, quando a realização de censos demográficos se impôs como uma necessidade de Estado, o mesmo teve de apresentar garantias de que tais levantamentos não seriam utilizados para impor tributos ou recrutar soldados. Tabulados os dados, os questionários originais e seus diversos relatórios parciais deixavam de ter interesse, sendo recomendável sua destruição. Quanto à população escrava, é largamente conhecida a ordem de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda do Governo Republicano Provisório, determinando a queima de documentos referentes à propriedade escrava, com o objetivo de dificultar ações indenizatórias por parte dos ex-proprietários. Entende-se, portanto, a relativa escassez de fontes primárias, certamente agravada pela incúria na preservação dos documentos que tem sido características das instituições públicas e privadas no Brasil.⁶

No Arquivo Público do Estado de Sergipe, entretanto, encontram-se treze listas de classificação de escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação, referentes a treze municípios e no Arquivo Judiciário de Sergipe há uma lista da mesma natureza. O Fundo de Emancipação foi um dos dispositivos instituídos pela Lei N. 2.040, de 28 de Setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Para sua distribuição seria tomada como base a matrícula especial de todos os escravos existentes no império, a ser realizada no período de 30 de setembro de 1872, prorrogável por mais um ano (Decreto N. 4.835 de 01.12.1871) A matrícula especial de escravos deveria trazer as seguintes informações: Nome e lugar de residência do proprietário, número de ordem do escravo na matrícula dos escravos do município, data da matrícula, nome, sexo, idade, estado civil, filiação, aptidão para o trabalho e profissão do matriculado, e finalmente, observações e averbações.

Uma vez realizada a matrícula especial, e, segundo Slenes, a mesma foi feita com desvelo em todo o Império, o governo distribuiria quotas do fundo de emancipação, por municípios, proporcionais à respectiva população escrava. A classificação dos escravos seria feita em cada município por uma junta composta do Presidente da Câmara, do Promotor Público e do Coletor e obedeceria aos seguintes critérios: em primeiro lugar se classificariam as famílias. Dentro desse grupamento a hierarquização era a seguinte: 1. Os cônjuges que fossem escravos de diferentes senhores; 2. Os cônjuges que tivessem filhos nascidos livres em virtude da lei e menores de 8 anos; 3. Os cônjuges que tivessem filhos menores de 21 anos; 4. Os cônjuges com filhos menores escravos; 5. As mães com filhos menores escravos; 6. Os cônjuges sem filhos menores. Em segundo lugar seriam classificados os indivíduos com a seguinte hierarquização: 1. As mães ou pais com filhos livres; 2. Os de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais moços do sexo feminino e pelos mais velhos do sexo masculino. Dentre esses teriam ainda prioridade: a) os que contribuíssem com certa quota para sua libertação; b) os mais morigerados a juízo dos proprietários. Em caso de igualdade de condições seria procedido sorteio.⁷

Pelos critérios de classificação de escravos para fins do Fundo de Emancipação a esmagadora maioria da população deveria ser listada. Logo, entretanto, várias juntas perceberam que um trabalho tão exaustivo não seria necessário uma vez que a quantidade de escravos possível de libertação a partir dos recursos do Fundo era relativamente reduzida e tenderam a não realizar classificações abrangentes. Em Sergipe, a proporção de escravos

classificados variou fortemente entre os municípios cujas listas sobreviveram, mas em conjunto fornecem uma amostra representativa da Província, conforme tabela abaixo:

TABELA 1
PROVÍNCIA DE SERGIPE
ESCRAVOS MATRICULADOS EM 1873 E CLASSIFICADOS ENTRE 1873 E 1875 ⁸

Regiões/Municípios	Matriculados (1)	Classificados (2)	(1)/(2)
Cotinguiba	15.206	5.068	0,33
Aracaju	1.536	0	0,00
Santo Amaro	698	0	0,00
Maruim	1.436	77	0,05
Laranjeiras	3.067	1.617	0,53
Rosário	1.962	110	0,06
Capela	3.272	2.678	0,82
Japarutuba	1.381	586	0,42
Divina Pastora	1.854	0	0,00
Mata Sul	7.106	2.014	0,28
São Cristóvão	849	0	0,00
Itaporanga	937	0	0,00
Estância	2.668	982	0,37
Espírito Santo	712	0	0,00
Itabaianinha	1.940	1.032	0,53
Agreste-Sertão do S. Francisco	3.261	906	0,28
Propriá	1.249	58	0,05
Vila Nova	1.193	691	0,58
Porto da Folha (*)	819	157	0,19
Agreste-Sertão de Itabaiana	4.083	0	0,00
Itabaiana	3.308	0	0,00
N.S. das Dores	775	0	0,00
Agreste-Sertão Sul	3.318	2.566	0,77
Lagarto	2.635	1.108	0,42
Riachão		693	
Campos		280	
Simão Dias	683	485	0,71
TOTAL	32.974	10.554	0,32

Para a reconstituição do plantel de escravos de cada senhor, a partir das listas de classificação dos mesmos, ordenamos os senhores em ordem alfabética, visto que estes podem aparecer repetidas vezes, tendo escravos que atendam a diversos critérios de hierarquização. A forma como foram elaboradas as citadas listas permite a ocorrência de erros de contagem e de identificação de senhores homônimos ou com nomes muito

semelhantes. Felizmente há, em alguns casos, mecanismos para a redução da possibilidade de erros. Primeiro, a identificação do número de matrícula do proprietário dos escravos e, segundo, o número de matrícula dos escravos, geralmente em ordem seqüencial por proprietário, facilitando a identificação do conjunto dos escravos de um determinado proprietário disperso pela lista de classificação.

As listas de classificação de escravos que sobreviveram não nos permitem responder cabalmente a uma singela e importantíssima questão: quantos e quais eram os senhores de escravos na Província de Sergipe na primeira metade da década de 1870, visto que a mais abrangente, a do Município de Capela, referente ao ano de 1875, equivale a 82% dos escravos matriculados em 1873. As menos abrangentes são, evidentemente, mais imprecisas na indicação do citado conjunto. Há um problema adicional que é a tentativa de estimar o tamanho do plantel de escravos: como nem todos os escravos foram classificados, é provável que os senhores identificados possuíssem escravos não classificados, de forma que o plantel médio tenderia a ser maior que o registrado na lista. Esta tendência pode ser contraposta pela ausência de pequenos proprietários cujos nomes não foram listados por possuírem apenas escravos não classificados.⁹

Um outro problema é o reduzido volume de informações acerca dos proprietários. A rigor, nas listas de classificação sabemos apenas os seus nomes, a partir do qual podemos inferir, para a maioria dos casos, o sexo deles. Nem mesmo a informação sobre o local de residência do proprietário é segura, visto que os escravos deveriam ser matriculados e classificados no município que residiam. Alguns proprietários, entretanto, possuíam escravos em mais de um município. Para suprir as lacunas de informações acerca dos proprietários fazem-se necessários cruzamentos com dados de outras fontes, tais como: listas de qualificação de eleitores, relações de cidadãos constantes de almanaques, relações de inventariados e inventariantes, nas quais se identificam com maior rigor os mesmos. Com todos esses problemas, as listas de classificação de escravos ainda são a fonte conhecida, para a segunda metade do século XIX, salvo cópias da própria matrícula, que melhor se aproximam da indicação do conjunto dos proprietários de escravos e de seus respectivos plantéis.

Além de um retrato, o mais detalhado possível, da distribuição da propriedade escrava na Província de Sergipe, seria interessante obtermos indícios de seu comportamento no transcorrer do tempo, nos últimos anos do regime escravista. Para tanto, temos explorado os inventários *pós-mortem* existentes no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. No presente trabalho apresentaremos os dados referentes ao município de Estância.

3. DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

Vejamos os dados obtidos das listas de classificação de escravos para o Fundo de Emancipação, referentes a quatorze municípios sergipanos.

TABELA 2
SERGIPE. 1873/75.

DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA

Tamanho do Plantel	Proprietários		Escravos	
	N. Abs.	Part.Rel.	N. Abs.	Part.Rel.
1	1.257	45,53%	1.257	11,91%
2	483	17,49%	966	9,15%
3	256	9,27%	768	7,28%
4	185	6,56%	740	7,01%
5	126	4,56%	630	5,97%
Até 5	2307	83,56%	4.361	41,32%
6 a 10	262	9,49%	1.943	18,41%
11 a 15	75	2,72%	931	8,82%
16 a 20	52	1,88%	924	8,75%
21 a 40	47	1,70%	1.340	12,70%
Acima de 41	18	0,65%	1.055	10,0%
Total	2.761	100,00%	10.554	100,00%

O total de 10.554 escravos incluídos nas 14 listas de classificação de municípios da Província de Sergipe estava distribuído em 2.761 plantéis, os quais variavam em tamanho de um único escravo até o máximo de 87 escravos, levando a uma média de 3,8 escravos por plantel. Mais surpreendente, porém, que o número médio baixo de escravos por plantel é o fato de a classe de um único escravo ser a de maior frequência, isto é, ser a classe modal, com mais de 45% dos plantéis. Se considerarmos os plantéis com até dois escravos, chegamos a 1.740 plantéis, isto é, 63% dos mesmos, atestando a imensa concentração desses nos tamanhos pequenos. Ao examinarmos os tamanhos sucessivos dos plantéis até cinco, podemos verificar a queda sistemática do número de proprietários de 483 para os plantéis de 2 escravos até 126 proprietários para os plantéis de cinco escravos. De forma semelhante, o número de escravos possuídos pelos proprietários dessas classes sucessivas se reduz constantemente de 966 escravos para os plantéis de 2 escravos para 630, no caso dos plantéis de 5 escravos.¹⁰

Está assim comprovada a clara proeminência dos pequenos plantéis. Isso não significa, contudo, que os plantéis médios e grandes, apesar de minoritários não tenham importância no total de escravos possuídos. Resumindo, podemos afirmar que os plantéis médios de escravos na Província de Sergipe, na segunda metade do século XIX, são marcadamente pequenos, quando confrontados com as afirmações ou ilações frequentes na historiografia clássica e coerente com as descobertas das revisões ocorridas, em anos

recentes. Isso não exclui, contudo, a importância dos plantéis grandes, em termos de participação no total dos escravos possuídos, como podemos ver na tabela abaixo, onde os plantéis foram classificados em pequenos, isto é, até 3 escravos, médios, de 4 a 9 escravos e grandes, acima de 10 escravos. Tal classificação, repetimos, pode parecer surpreendente, contudo, é coerente com os números da Província de Sergipe, onde o plantel médio é de 3,8 escravos, portanto, plantéis pequenos seriam os de tamanho abaixo da média, os plantéis médios estariam pouco acima da média e, finalmente, os grandes não poderiam ter dimensão tal que não chegassem a formar um grupo significativo de plantéis. Segundo esta classificação, os plantéis pequenos corresponderiam a mais de 72% dos plantéis, os quais possuiriam mais de 28% dos escravos, enquanto os plantéis médios, correspondendo a apenas aproximadamente 18% dos mesmos, possuiriam mais de 24% dos escravos. Finalmente os chamados grandes plantéis, corresponderiam a 10% dos mesmos, porém possuiriam mais de 47% dos escravos. Ou seja, para a Província de Sergipe, como um todo, haveria uma ampla base de pequenos proprietários de escravos, formando a grande maioria dos mesmos, uma faixa significativa de médios proprietários e, finalmente, os chamados grandes proprietários, com plantéis bem menores que os supostos pela historiografia clássica, correspondendo a 10% dos plantéis, possuiriam quase a metade do estoque total de escravos.¹¹

TABELA 3
SERGIPE. 1873/75.

PARTICIPAÇÃO DOS TIPOS DE PLANTÉIS NA PROPRIEDADE ESCRAVA

Plantéis			Escravos	
	Número	Participação Relativa	Número	Participação Relativa
Pequeno	1.996	72,3%	2.991	28,3%
Médio	488	17,7%	2.587	24,5%
Grande	277	10,0%	4.976	47,2%

Até aqui temos tratado os dados agregados disponíveis para toda a Província de Sergipe. Há, contudo, duas razões principais para analisarmos os mesmos de forma mais desagregada: a) variações significativas na qualidade das amostras, desde as listas que se aproximam do universo dos escravos matriculados, em 1873, e residentes nos respectivos municípios em anos subsequentes, até amostras muito pequenas do universo dos escravos matriculados, elaboradas segundo as regras da classificação de escravos, não reconstituindo plantéis de escravos e não incluindo boa parte dos prováveis proprietários. Por este motivo é, portanto, recomendável se trabalhar apenas com as melhores amostras, ou seja, as que correspondem no mínimo a 50% dos escravos matriculados. b) os municípios para os quais encontramos listas de classificação de escravos estão localizados em diferentes micro-regiões da Província, as quais representam estruturas sócio-econômicas distintas.

Há uma tendência consolidada na historiografia em dividir as regiões estudadas em micro-regiões, sendo um dos critérios a significância das atividades exportadoras presentes ou não na região ou, de forma mais específica, a presença ou não de *plantations*. Desde o clássico trabalho de Manoel Correia de Andrade, a divisão do Nordeste em zonas da mata, do agreste e do sertão, se consolidou, sendo a mata entendida como a região do litoral oriental do Nordeste Brasileiro, onde se desenvolveu pioneiramente o cultivo em larga escala de cana destinada à produção de açúcar para os mercados metropolitanos. A predominância da grande propriedade fundiária dedicada ao cultivo da cana na distribuição das terras aráveis tem sido apontada como característica marcante da região, quadro que não teria sido alterado nem com o progresso tecnológico nem com as mudanças nas relações de produção ocorridas no transcurso da história da citada zona.¹²

O Agreste é apresentado como zona de transição entre a zona da mata e o sertão, sendo caracteristicamente região de policultura voltada para o abastecimento interno, permeado de agricultura exportadora, algodão, por exemplo. Quanto à propriedade fundiária, seria principalmente a região dos minifúndios e, portanto, a partir do século XIX, viveiro de mão-de-obra para as zonas vizinhas e mesmo para outras regiões do País. Os proprietários seriam menos capitalizados e a posse de escravos pouco significativa ou pouco necessária ao funcionamento desse tipo de economia.

Finalmente o sertão, região de vastas extensões, atacada pelo clima semi-árido, e de solos pobres e rasos, aproveitados por uma pecuária extensiva e de baixíssima produtividade. Seu crescimento econômico seria sempre ameaçado pela precária adaptação do homem à ambiente tão hostil. Por esses motivos, a presença da propriedade escrava seria rara ou praticamente inexistente, sendo em seu lugar utilizados, num primeiro momento, índios livres ou mestiços submetidos a regime de participação na produção de gado bovino, a chamada quarta; ainda segundo essa descrição, os grandes pecuaristas absenteeístas residiriam nas cidades litorâneas. Num segundo momento, a pressão demográfica daria melhores condições de barganha aos possuidores de terras, levando-os à redução da participação dos vaqueiros no produto da pecuária e a cobrança de renda monetária dos agricultores ocupantes de áreas da vasta propriedade. Essa região teria sofrido influxos expansionistas com o cultivo do algodão para exportação ou de outros produtos de expressão localizada.

Em trabalho anterior, demonstramos a presença e importância da propriedade escrava em todas as regiões da Província de Sergipe, permanecendo, contudo, a hierarquização tradicional das regiões em termos de acesso à propriedade de escravos. Ou seja, as regiões da zona da mata possuem, em termos relativos, mais escravos que as regiões do agreste e sertão. Vejamos uma amostra da propriedade escrava na Província de Sergipe, a partir das melhores listas de classificação de escravos disponíveis.

TABELA 4
 PROVÍNCIA DE SERGIPE. 1873-75.
 DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA POR REGIÕES E
 MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS

Região	Município	Proprietários			Escravos Possuídos		
		Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
Cotinguiba	Laranjeiras	80,2%	10,9%	8,9%	29,8%	17,2%	52,9%
Cotinguiba	Capela	67,7%	22,0%	10,3%	22,0%	26,1%	51,8%
Mata Sul	Itabaianinha	72,7%	20,8%	6,5%	32,9%	34,9%	32,2%
Agreste-Sertão do S. Francisco	Vila Nova	74,3%	15,5%	10,1%	25,0%	20,1%	54,8%
Agreste-Sertão Sul	Simão Dias	65,7%	26,9%	7,5%	28,2%	41,6%	30,1%

Não deixa de ser surpreendente a constatação de que Laranjeiras, município localizado na principal região produtora de açúcar da Província, apresente a maior participação de plantéis pequenos entre os proprietários de escravos e, mais ainda, estes pequenos plantéis têm uma participação no total de escravos que é a segunda mais elevada entre os cinco municípios selecionados. A idéia de que a sociedade brasileira no período colonial e monárquico se resumiria a grandes senhores de escravos e milhares de agregados vinculados à casa grande mostra-se, novamente, incompatível com os dados recolhidos em fontes primárias. A coexistência com centenas de pequenos e médios agricultores, com comerciantes, artesãos e funcionários públicos, quase todos com a posse de pelo menos um ou alguns escravos, parece corresponder a realidade de diversas comunidades. Ainda quanto a Laranjeiras, os grandes plantéis, equivalentes a 8,9% do total, abrangiam 52,9% dos escravos, evidenciando a proeminência destes, os quais eram, geralmente, proprietários de terras ou lavradores. Observe-se que, não obstante a participação dos grandes plantéis, em Laranjeiras, ser menor que a média da Província como um todo, o número de escravos possuídos por esses grandes proprietários é relativamente maior que o da média provincial¹³

O outro município açucareiro da amostra, Capela, apresenta uma menor participação dos plantéis pequenos. Quanto aos plantéis médios, porém, a participação é praticamente o dobro da análoga de Laranjeiras, sem que o número de escravos possuídos tenha o equivalente acréscimo. Os grandes plantéis, em Capela, têm uma maior participação quase idêntica a média provincial, mas o número de escravos possuídos pelos grandes proprietários é maior que a média da Província.

Itabaianinha, município da Mata Sul, possuía na segunda metade do século XIX, em torno de 50 engenhos de açúcar. Sua localização, relativamente distante dos portos litorâneos, colocava um obstáculo ao maior crescimento da produção voltada para o mercado internacional e nacional. Os engenhos eram geralmente pequenos e tiveram

dificuldades em acompanhar o processo de modernização com a introdução de máquinas a vapor e caldeiras a vácuo que ocorreu na Província, a exemplo de outras regiões do Brasil. Quanto à distribuição da propriedade escrava, apresenta uma participação dos pequenos plantéis semelhante à da média Provincial, os plantéis médios apresentam uma participação maior que a média provincial e os plantéis grandes apresentam uma participação menor que a média provincial. Quanto ao número de escravos possuídos, os três tipos de plantéis têm aproximadamente um terço dos escravos do município, o que significa uma participação acima da média provincial, para o caso dos pequenos e médios plantéis, e abaixo da média provincial, para o caso dos grandes plantéis.

Vila Nova, no Agreste-Sertão do São Francisco, possuía 52 engenhos de açúcar, em 1856 e, apenas, 23, em 1881. Localizada às margens do Rio São Francisco era beneficiada pela existência do pequeno porto fluvial e pela diversificação de atividades econômicas: pesca, pecuária, lavouras de algodão e arroz. Quanto à propriedade escrava, apresenta um padrão muito semelhante ao da média provincial, sendo surpreendente apenas a grande participação dos plantéis grandes no total dos escravos possuídos, acima, inclusive, dos índices alcançados pelas cidades da zona da mata.

Finalmente, Simão Dias, vila do Agreste-Sertão Sul, localizada em rota terrestre de comércio com o sertão baiano, era dedicada à pecuária e agricultura voltada para o consumo local e regional. Quanto à propriedade escrava, caracteriza-se pela participação dos pequenos plantéis abaixo da média da Província, os quais possuem escravos em índice inferior à média Provincial. Os plantéis médios, por outro lado, têm uma participação maior que a média da Província e possuem mais escravos que os congêneres localizados em outros municípios sergipanos. Quanto aos grandes plantéis, tanto sua participação no total de plantéis, quanto o número de escravos possuídos pelos grandes proprietários, são menores que as médias correspondentes para a Província como um todo.

Com todas as lacunas que essas listas de classificação de escravos de municípios da Província de Sergipe deixam, podemos ter alguma segurança em afirmar: a) a importância da pequena propriedade escrava, difundida, na década que antecedeu a abolição por amplos setores da sociedade sergipana e em todas as suas regiões; b) a significativa participação dos grandes plantéis no total dos escravos possuídos, principalmente nos municípios de Laranjeiras e Capela, na zona da mata, onde os mesmos alcançam mais de 50% do total dos escravos.

Se fornecem um retrato de um momento específico da história econômica e social da Província, essas listas, por si mesmas, não conseguem captar o possível movimento de concentração da propriedade escrava entre os senhores de terras mais capitalizados, especialmente os cafeicultores do Centro-Sul brasileiro, aventada por diversos estudiosos, mesmo por alguns dos responsáveis pelas pesquisas mais instigantes recentemente produzidas. Assim, por exemplo, em um ensaio coletivo se afirma que após a metade do século XIX, os maiores produtores locais do município fluminense de Capivary continuavam comprando escravos, enquanto os pequenos produtores, especialmente os detentores de plantéis com menos de cinco escravos, tendiam a vendê-los, indicando, portanto, um processo de concentração da propriedade escrava. Após apresentar outros indícios, os autores concluem afirmando que: “O tráfico interno parece ter engendrado um circuito de concentração social da propriedade escrava que acabou por se refletir especialmente numa maior concentração de cativos nas áreas cafeeiras.”¹⁴

São conhecidos os dados globais que indicam maior concentração espacial da população escrava nas províncias cafeeiras. Um segundo passo é inferir que outras regiões do Brasil não necessitavam de trabalho escravo e estavam interessadas fortemente em vender seus cativos para proprietários das regiões cafeeiras e que a partir de certo momento passam a compor uma frente política abolicionista, tendo como fundamento seu desinteresse pelo destino da propriedade escrava.

Na realidade, há ainda muito estudo a ser feito. É necessário conhecer a estrutura de posse de escravos das províncias do “Norte Agrário”, bem como de outras regiões exportadoras de escravos, assim como das regiões cafeeiras e ter informações mais precisas acerca da evolução desta estrutura nos últimos anos do regime escravista. Sem isso, os fundamentos econômicos do suposto abolicionismo de uns e arraigado escravismo de outros, não passarão de hipótese de trabalho, por vezes guindada ao *status* de axioma.

Abaixo apresentamos dados sobre o município sergipano de Estância, a partir dos inventários existentes no Cartório do 2º Ofício deste município e atualmente sob a guarda do Arquivo Judiciário.

TABELA 5
ESTÂNCIA, SERGIPE, 1850-1888
PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS E NÃO PROPRIETÁRIOS ¹⁵

Período	Proprietários		Não Proprietários		Total	
	Número	Percentual	Número	Percentual	Número	Percentual
1850-1859	134	62,0%	82	38,0%	216	36,9%
1860-1869	89	53,3%	78	46,7%	167	28,5%
1870-1879	60	54,0%	51	46,0%	111	18,9%
1880-1888	39	42,4%	53	57,6%	92	15,7%
Total	322	54,9%	264	45,1%	586	100,0%

Foram examinados 586 inventários referentes ao período 1850-1888. Se classificarmos esses inventários entre os que registravam a presença de propriedade escrava e os que não registravam a mesma propriedade, poderemos concluir que os escravistas eram maioria, visto que 264 inventários, isto é, 54,9% do total acusavam a presença de escravos entre os bens possuídos pelo falecido. A classificação desses inventários por décadas, entretanto, revela uma tendência interessante: a participação relativa dos proprietários de escravos declina de 62%, na década de 1850, para 53,3%, na década de 1860. Na década de 1870, há uma interrupção nessa tendência, com um ligeiro crescimento no percentual de proprietários de escravos para 54%. Finalmente, no período 1880-88, retoma-se a tendência ao declínio da participação dos proprietários de escravos para 42,4%, quando os mesmos chegam a ser minoritários em relação aos não proprietários.

Resumindo, pudemos constatar uma tendência a redução da participação dos proprietários de escravos, no município de Estância, entre os anos 1850 e 1888, de 62%, na

década de 1850, para 42,4%, no período 1880-1888. Contudo essa tendência não é tão intensa quanto a suposição implícita em análises abrangentes sobre o comportamento demográfico e econômico da população escrava nos últimos anos do escravismo, visto que ainda às vésperas da abolição a participação dos proprietários de escravos era significativa no universo de inventários feitos após a morte dos proprietários de bens.

Um outro ângulo que pode ser analisado é a distribuição dos plantéis, tendo em vista a suposição de redução do número de pequenos plantéis, em decorrência das vendas de escravos pelos pequenos proprietários para os maiores com implicações, inclusive, na redistribuição regional da população escrava. Vejamos os dados para o município de Estância.

Computamos os plantéis dos 322 proprietários de escravos, cujos inventários encontram-se no Cartório do 2º Ofício de Estância, referentes ao período 1850-1888. Para fins de análise subdividimos o período em dois, 1850-1869 e 1870-1888. Foram registrados 2.233 escravos, resultando numa média de aproximadamente 7 escravos por plantel, para o período como um todo, 7,7 escravos por plantel para o período 1850-1869, e pouco mais de 5 por plantel para o período 1870-1888. A redução do plantel médio era esperada em decorrência da redução da população escrava no Município após 1850. Assim de uma população de 3.184 cativos, em 1850, chegou-se a 2.668, em 1873, e 1.240, em 1887. Sendo a redução da população escrava especialmente forte no período 1873-1887, poder-se-ia esperar uma grande concentração da população escrava remanescente entre os maiores plantéis. Este será o objeto de análise na tabela abaixo.¹⁶

TABELA 6
ESTÂNCIA, SERGIPE, 1850-1888
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA ¹⁷

Período	Tamanho dos Plantéis	Proprietários		Escravos	
		Número	Part. Relat.	Número	Part. Relat.
1850-1869	1 escravo	48	21,3%	48	2,8%
	Até 4 escravos	123	54,7%	262	15,1%
	5 a 9 escravos	57	25,3%	392	22,7%
	10 a 39 escravos	37	16,4%	550	31,8%
	Acima de 40	8	3,6%	526	30,5%
	Total	225	100%	1.730	100%
1870/88	1 escravo	22	22,7%	22	4,4%
	Até 4 escravos	63	64,9%	137	27,2%
	5 a 9 escravos	20	20,6%	128	25,4%
	10 a 39 escravos	14	14,4%	238	47,3%
	Acima de 40	0	0,0%	0	0,0%
	Total	97	100%	503	100%
1850/1888	Total Geral	322	100%	2.233	100%

Os plantéis com um único escravo correspondiam, no período 1850-1869 a 21,3% do total de plantéis, os quais possuíam por sua vez, 2,8% dos escravos. No período seguinte, houve elevação tanto na participação dos plantéis de um único escravo no total de plantéis, quanto da participação no total de escravos detidos por esses plantéis unitários.

Se tomarmos o número de quatro escravos como o limite superior dos pequenos plantéis, concluiríamos, que os mesmos eram majoritários no período 1850-1869 (54,7%), e, mais importante, sua participação relativa cresceu no período subsequente para quase 65% dos plantéis. Ou seja, além de serem o tipo mais freqüente de plantel, a tendência no transcorrer do tempo foi tornar mais forte a predominância dos pequenos plantéis no período seguinte. Da mesma forma, ao considerarmos o total de escravos detidos por esse tipo de proprietários, constatamos que sua participação no total do estoque de escravos cresceu de pouco mais de 15% para pouco mais de 27% entre os dois períodos de estudo.

Quanto aos plantéis médios, considerando-se a faixa de 5 a 9 escravos, apresentam comportamento divergente. A participação dos mesmos no número total de plantéis é reduzida de 25,3% no primeiro período para 20,6% no segundo período. O total de escravos controlados por eles, entretanto, sobe de 22,7% no primeiro período para 25,4% no segundo período.

Quanto aos grandes plantéis, ou seja, os de mais de 10 escravos, devemos considerar duas faixas. A primeira, de 10 a 39 escravos, correspondia no primeiro período a 16,4% dos plantéis e a 31,8% dos escravos. No segundo período houve um decréscimo na participação desse segmento no total de plantéis para 14,4%, entretanto, a fatia de escravos detida por essa faixa passou para 47,3% dos mesmos, atestando a continuidade da importância dos grandes proprietários no controle de boa parte do estoque de escravos. Se considerarmos a faixa dos plantéis acima de 40 escravos, no período 1850-69, a mesma correspondia a 3,6% dos plantéis, controlando 30,5% dos escravos. No período seguinte essa faixa simplesmente desapareceu, mostrando o efeito da redução da população escrava do município sobre os plantéis maiores.

Resumindo, podemos afirmar que, pelo menos para o município sergipano de Estância, não se pode afirmar que tenha havido uma tendência à concentração da população escrava entre os grandes detentores de cativos. Antes pelo contrário, os pequenos plantéis tiveram aumento em tanto em termos de participação relativa no número de plantéis quanto no total de escravos controlados pelos mesmos. Ressalte-se ainda que se partiu, no período 1850-1869, de uma base ampla de proprietários de escravos, com forte predominância dos pequenos plantéis. Há que se considerar que os proprietários de escravos eram majoritários entre os habitantes que deixavam bens que justificassem a abertura de inventários, no período inicial, passando a situação de minoritários apenas no período 1880-1888, ou seja, nas vésperas da abolição da escravidão.

4.CONCLUSÕES

À guisa de conclusão reiteraríamos alguns pontos já mencionados no transcorrer deste trabalho e tentaríamos, com os devidos cuidados, extrapolar os resultados que chegamos a um cenário mais amplo.

Em Sergipe, a partir do exame de 14 listas de classificação de escravos que representam em torno de um terço da população escrava, então existente, e abrangendo diversas regiões da Província, pudemos confirmar algumas conclusões de estudos recentemente realizados abordando outras regiões brasileiras.

Na primeira metade da década de 1870, em Sergipe, a propriedade escrava estava fortemente disseminada pelas diversas atividades econômicas, regiões e segmentos sociais. Havia uma ampla base social de proprietários de escravos e os grandes plantéis eram os de acima de uma dezena de escravos, os quais não chegavam a representar mais de 10% dos plantéis, controlando, contudo, quase a metade do total de escravos. O plantel de um único escravo, era, em geral, o plantel modal e os pequenos plantéis eram fortemente majoritários. Quanto ao controle da escravaria, tal feito não se repetia, havendo concentração dos escravos entre os médios e grandes plantéis.

A interrupção do tráfico internacional de escravos para o Brasil, em 1850, abriu uma nova fase no funcionamento da economia escravista e colocou na ordem do dia as possibilidades de sobrevivência dessa formação econômico-social. Há muito se afirma as tensões e rearranjos internos que o País teria passado para manter a economia em funcionamento e em forte expansão, no caso da economia cafeeira, com base no trabalho escravo, enquanto não se viabilizava novas formas de oferta de força de trabalho.¹⁸ Sem bases estatísticas, diversos ensaístas aventaram a importância crucial do tráfico interno tanto para a viabilização da expansão das regiões dinâmicas quanto para o suporte que as elites políticas das regiões estagnadas teriam dado aos projetos de leis abolicionistas, uma vez que nestas regiões o trabalho escravo teria deixado de ter qualquer importância econômica e os escravos mais produtivos já teriam sido vendidos para a nova fronteira agrícola que estava ameaçada, assim, com a formação de um imenso estoque de ativos, cujos valores poderiam ser pulverizados.

Em trabalhos anteriores tentamos demonstrar a pequena relevância da exportação líquida de escravos na explicação da redução da população escrava sergipana, havendo, contudo diferenciações entre as diversas regiões da Província, sendo as regiões açucareiras as menos atingidas pelo comércio interprovincial de escravos.

Um corolário da suposta importância crucial do tráfico interno de escravos seria a concentração da população escrava entre os grandes escravistas, especialmente cafeicultores das províncias cafeeiras. Insinua-se, mais do que se afirma, o surgimento de segmentos latifundiários não mais comprometidos com o futuro da propriedade escrava, os quais teriam se aliado na última hora com os líderes mais dinâmicos da cafeicultura paulista no golpe fatal que liquidou a propriedade escrava e o regime monárquico. Fazendo ou não homenagens ao movimento abolicionista e a resistência escrava, sempre há um pano de fundo, uma última instância a lastrear esse pacto entre o velho e o novo que colocou a pá de cal na propriedade escrava.

As informações obtidas no presente estudo confirmam o sentido das mudanças. Efetivamente os proprietários de escravos se tornaram minoritários entre as pessoas para as quais se fizeram inventários. O problema está na velocidade da mudança e no peso da mesma para explicar tão grande aceleração de acontecimentos e tão grave decisão que foi a abolição da propriedade escrava. A constatação de que havia uma muita ampla base social de proprietários de escravos, e todos os estudos recentes concluem nessa direção e, mais

ainda, de que as mudanças econômicas na segunda metade do século XIX não foram tão intensas que alterassem significativamente a posse de escravos, ou seja, que estreitasse fortemente a base social dos proprietários de escravos, reduzindo-os a setores econômicos específicos e a regiões determinadas, nos fazem repensar as relações do econômico com o sócio-político. Claramente as explicações economicistas parecem insuficientes, se não por razões mais profundas, pela fraqueza das mudanças econômicas para embasar tão profunda mudança potencial na sociedade brasileira que foi a abolição da escravidão. Evidentemente estamos falando de uma ponta do iceberg, novos e mais profundos estudos precisarão ser feitos para conclusões definitivas.

ANEXO I
TABELA 7
PROVÍNCIA DE SERGIPE. 1873-1875
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA A PARTIR DAS LISTAS DE CLASSIFICAÇÃO DE ESCRAVOS PARA
SEREM LIBERTADOS PELO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO

Número de Escravos	N. DE PROPRIETÁRIOS														
	Campo	Simão Dias	Lagar to	Riachã o	Ilha do Ouro	Propri á	Vila Nova	Estância	Itabaiani nha	Capela	Laranjeiras	Japaratu ba	Rosár io	Marui m	TOT AL
1	61	51	135	43	64	14	63	141	136	231	272	30	9	7	1257
2	23	25	56	22	25	11	31	58	60	91	54	12	10	5	483
3	5	12	40	6	7	0	16	35	28	59	34	12	2	0	256
4	10	11	35	11	3	4	7	19	20	41	14	5	3	2	185
5	4	10	18	3	2	0	3	19	17	25	14	7	2	2	126
Até 5	103	109	284	85	101	29	120	272	261	447	388	66	26	16	2307
6 a 10	11	16	31	20	0	1	14	31	29	65	25	15	3	1	262
11 a 15	0	5	10	6	0	0	5	7	8	15	15	2	1	1	75
16 a 20	1	4	5	5	0	0	2	6	5	14	5	4	1	0	52
21 a 40	0	0	3	3	0	0	5	1	5	14	12	3	0	1	47
Acima de 41	0	0	0	1	0	0	2	0	0	8	4	3	0	0	18
Total	115	134	333	120	101	30	148	317	308	563	449	93	31	19	2761

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado de Sergipe. (APES) AG¹_{03/A} Doc.1. Província de Sergipe. Município da Vila dos Campos. 09.11.1873. Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 2. 29.09.1874. Classificação dos escravos do município da Vila do Rosário do Catete.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 3. 25.10.1874. Cópia da Classificação dos escravos do Município da Vila de Itabaianinha.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 4. Província de Sergipe. 15.09.1875. Município da Ilha do Ouro. Classificação dos escravos para serem alforriados pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 5. 15.09.1875. Província de Sergipe. Vila do Município de Maruim. Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 6. 03.10.1875. Cópia da Classificação dos Escravos do Município de Japaratuba.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 7. Província de Sergipe. Vila Nova. 01.12.1875. Lista de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 8. Província de Sergipe. Lagarto, s/d. Observação: Anexo ao ofício de 06.12.1875.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 9. Província de Sergipe. Capela. 25.11.1875. Lista de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 10. Província de Sergipe. Cópia da Classificação dos escravos do município de Laranjeiras, s/d. Obs.: anexo ao ofício de 12.12.1875.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 11. Província de Sergipe. Propriá. Lista de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 12. Cópia da classificação dos escravos do Município da Vila do Riachão, s/d. Observação: anexo ao ofício de 17.06.1875.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 13. Província de Sergipe. Município de Simão Dias, s/d. Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação. Obs. Anexo ao ofício de 14.11.1875.

Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. Cartório de Estância 2º Ofício. Livro para Classificação dos Escravos que foram libertados pelo Fundo de Emancipação. 06.04.1874.

Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. Cartório de Estância, 2º Ofício, Sub-Série Inventários, Caixas: 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 49^A, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 66^A, 67, 68, 69, 70, 71, 71^A, 72, 72^A, 73, 73^A, 74, 75, 76, 77, 77^A, 78, 79.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Márcio Rogers Melo de. Aspectos Relativos à Propriedade Escrava na Província de Sergipe: Zona da Mata-Sul (1850/88). Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Economia, como um dos requisitos à conclusão do bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2000.

ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1964. Para uma discussão em torno desses pontos, especificamente a respeito da Província de Sergipe, vide:

CARDOSO, Ciro Flamarion. Escravidão e Abolição no Brasil. Novas perspectiva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pág. 39.

CASTRO, Hebe Maria M. de. Ao Sul da História. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Demografia e Economia numa Região Distante dos Centros Dinâmicos: Uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras. Estudos Econômicos. São Paulo, V. 26, N. 1, págs. 111-136.

COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson H. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. Estudos Econômicos, São Paulo, V. 19, N. 2, p. 319-345, mai./ago. 1989.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 16ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. *População Escrava da Província do Paraná a partir das listas de classificação para emancipação. 1873-1886*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

KARASCH, Mary. Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850. Princeton, Princeton University Press, 1987.

MARCONDES, Renato Leite. A Pequena e a Média Propriedade na Grande Lavoura Cafeeira do Vale do Paraíba. Lócus, Juiz de Fora, V. 1, N. 2, p. 33-54.

MELO, Evaldo C. de. *“O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

MOTT, Luiz R. B. *Estrutura Demográfica das Fazendas de Gado no Piauí-Colonial: um caso de povoamento rural centrífugo*. Ciência e Cultura. São Paulo: SBPC, 30 (10): 1196-1210, Outubro 1978.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. “Escravos e Senhores no Crepúsculo do Escravismo. Laranjeiras, Província de Sergipe”. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia. ANPEC. Recife - PE, 1997, Vol. 2, págs. 995-1014.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Reordenamento do Trabalho. Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*: tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Investigações Sobre os Recenseamentos da População Geral do Império. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. Edição

original: Memória anexa ao Relatório do Ministério do Império, apresentado, em 1870, pelo titular da pasta, Conselheiro Paulino José Soares de Souza.

SLENES, Robert W. *O que Rui Barbosa não Queimou: Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX*. Estudos Econômicos 13, N.1, 1983, págs.117-150.

NOTAS:

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe

² Para uma avaliação crítica da produção historiográfica sobre o tema, vide MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

³ Sem qualquer pretensão de abrangência, poderíamos citar os seguintes trabalhos: MOTT, Luiz R. B. *Estrutura Demográfica das Fazendas de Gado no Piauí-Colonial: um caso de povoamento rural centrífugo*. Ciência e Cultura. São Paulo: SBPC, 30 (10): 1196-1210, Outubro 1978. KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*: tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Costa, Dora Isabel Paiva da. *Demografia e Economia numa Região Distante dos Centros Dinâmicos: Uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras*. Estudos Econômicos. São Paulo, V. 26, N. 1, págs. 111-136. MARCONDES, Renato Leite. *A Pequena e a Média Propriedade na Grande Lavoura Cafeeira do Vale do Paraíba*. Locus, Juiz de Fora, V. 1, N. 2, p. 33-54. COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992. COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson H. *Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX*. Estudos Econômicos, São Paulo, V. 19, N. 2, p. 319-345, mai./ago. 1989.

⁴ SCHWARTZ, op. cit., 1988.

⁵ Segundo Evaldo Cabral de Melo: “Por “norte agrário” entendem-se áreas de grande lavoura de exportação do Maranhão ao Recôncavo baiano, especializadas no fabrico do açúcar e no cultivo do algodão, produtos que até o advento da borracha amazônica ocuparam o segundo e o terceiro lugares da pauta de exportações brasileiras, constituindo com o café os esteios da economia do Segundo Reinado.” MELO, Evaldo C. de. *“O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984, pag.12. No presente trabalho, além da grande lavoura de exportação sergipana, açúcar e algodão, levaremos em conta as diversas atividades que utilizavam o trabalho escravo apontadas em nossas fontes.

⁶ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações Sobre os Recenseamentos da População Geral do Império*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. Edição original: Memória anexa ao Relatório do Ministério do Império, apresentado, em 1870, pelo titular da pasta, Conselheiro Paulino José Soares de Souza. SLENES, Robert W. *O que Rui Barbosa não Queimou: Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX*. Estudos Econômicos 13, N.1, 1983, págs.117-150.

⁷ Sobre a sistemática da matrícula especial de escravos de 1872-1873, além dos citado artigo de SLENES (1983), vide, GRAF, Márcia Elisa de Campos. *População Escrava da Província do Paraná a partir das listas de classificação para emancipação. 1873-1886*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

-
- ⁸ Fontes: Matrícula de Escravos de 1873. Brasil. Diretoria Geral de Estatística. Relatório anexo ao do Ministério dos Negócios do Império, de 1875. Relatório e Trabalhos estatísticos apresentados ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Interino Dr. José Maria do Couto em 30.04.1875. Rio de Janeiro. Typ. De Pinto, Brandão & Comp., 1875. Classificação de Escravos para fins de emancipação, 1875, vide fontes primárias listadas.
- ⁹ Evidentemente quanto mais próxima à data da matrícula de escravos, a lista da classificação tenderia a exprimir um número mais próximo ao dos escravos matriculados, *ceteris paribus*. Assim, por exemplo, na ata de encerramento da lista de classificação de escravos do município de Capela menciona-se que a mesma é uma revisão da lista de fevereiro de 1874, quando teriam sido classificados 2.945 escravos. Destes 73 foram vendidos para fora da Província, 44 foram mandados para fora do Município, 26 foram libertos, falecidos 78 e 46 perderam a classificação por terem mais de cinquenta anos. Observe-se que na matrícula de escravos do município, do total de 3.272, 119 possuíam de 50 a 60 anos e 168 mais de 60 anos, ou seja, 2985 escravos encontravam-se em condições de classificação. Já que 2.945 forma listados em 1874, podemos concluir que a primeira classificação de escravos do município de Capela foi completamente abrangente, sendo a lista sobrevivente cópia atualizada da mesma.
- ¹⁰ Neste trabalho utilizaremos o termo proprietário no sentido de titular de um conjunto de escravos (plantel). Alguns plantéis, contudo, possuíam mais de um proprietário, sendo exemplos típicos os que se identificavam como “os herdeiros de..., os órfãos de..., os menores....”
- ¹¹ Adotamos um padrão de classificação idêntico ao de COSTA, Dora I. Paiva da. Demografia e Economia numa Região Distante dos Centros Dinâmicos: Uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não exportadoras. Estudos Econômicos. São Paulo. Vol 26, Número 1, Janeiro Abril de 1996, págs.111-136.
- ¹² ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1964. Para uma discussão em torno desses pontos, especificamente a respeito da Província de Sergipe, vide: PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Reordenamento do Trabalho. Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.
- ¹³ Sobre a propriedade escrava em Laranjeiras, vide: PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. “Escravos e Senhores no Crepúsculo do Escravismo. Laranjeiras, Província de Sergipe”. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia. ANPEC. Recife - PE, 1997, Vol. 2, págs. 995-1014.
- ¹⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. Escravidão e Abolição no Brasil. Novas perspectiva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pág. 39. Ver também: CASTRO, Hebe Maria M. de. Op. Cit.
- ¹⁵ Fonte: ALMEIDA, Márcio Rogers Melo de. Aspectos Relativos à Propriedade Escrava na Província de Sergipe: Zona da Mata-Sul (1850/88). Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Economia, como um dos requisitos à conclusão do bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2000, pág. 60. O autor foi bolsista do programa PIBIC/CNPq/UFS sob a orientação de Passos Subrinho, Josué Modesto dos.
- ¹⁶ Cf. Passos Subrinho, Josué Modesto dos. Reordenamento do Trabalho, op. Cit., págs. 76, 422 e 430.
- ¹⁷ Fonte: Almeida, Márcio Rogers Melo, op. Cit.
- ¹⁸ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 16ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979.